



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

RESOLUÇÃO CRESS Nº 024/2020

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de férias no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/RR.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/ RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, normativas e regimentais, que lhes são conferidas pela Lei 8.662/93, Resolução CFESS nº 891/2018 e Regimento Interno;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CFESS nº 853, de 21 de maio de 2018, que instala o Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/ Roraima;

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 7º, inc. XVII;

CONSIDERANDO as alterações estabelecidas pela Lei n. 13.467/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a concessão de férias aos funcionários comissionados do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/RR;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar os serviços administrativos;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Pleno do CRESS da 27ª Região/RR, reunido no dia 07/05/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - A concessão, o parcelamento e a alteração das férias, bem como o pagamento de indenização da sua remuneração aos servidores, devem obedecer às regras e aos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º - O servidor ocupante de cargo em comissão fará jus a trinta dias de férias anuais.

§1º Para garantir o período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

Parágrafo Único: Será vedado o gozo das férias quando o período ainda não estiver completo.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º Será compulsório o gozo das férias quando o servidor possuir 02 (dois) períodos acumulados e prestes a completar o terceiro, devendo requerer o mais antigo, informando a data que pretende usufruir, desde que anterior à prevista para aquisição do terceiro período. Não o fazendo, caberá ao chefe imediato designar a data para o gozo, caso em que deverá ter a ciência escrita do servidor.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, é compulsório que o servidor usufrua, pelo menos, 01 (um) período integral das férias já acumuladas, o qual não poderá ser fracionado. Havendo saldo de férias em período aquisitivo mais antigo, este deverá ser usufruído integralmente.

§ 5º É da responsabilidade do servidor e da sua chefia imediata o acompanhamento da escala de férias, a fim de evitar a acumulação por período superior ao previsto no parágrafo anterior.

§ 6º O fracionamento das férias se dará em 3 (três) períodos, sendo que o primeiro período não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não inferior a 05 (cinco) dias corridos, desde que requerido pela Administração e no interesse do servidor.

Art. 3º - A previsão de férias será elaborada mediante requerimento, do servidor para sua chefia imediata, devidamente assinada e entregue até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, para análise e possível deferimento.

Parágrafo Único. O servidor deverá requerer o gozo de férias à Presidência, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu início.

Art. 4º - As férias já iniciadas não serão interrompidas por motivo de licença de qualquer natureza.

Art. 5º - A alteração do período de gozo das férias poderá ocorrer uma única vez, por interesse do empregado, devendo ter a concordância e autorização da chefia imediata.

Art. 6º - A alteração por interesse do empregado deverá ser solicitada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data anteriormente deferida.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

Art. 7º. A remuneração das férias dos empregados será:

I – Correspondente à remuneração do período de gozo das férias, tomando-se por base a sua situação funcional no respectivo período;

II – Acrescida do valor integral do adicional de férias, correspondente a um terço da remuneração do período de fruição.

§ 1º Havendo parcelamento de férias, o empregado receberá o valor integral do adicional quando do gozo do primeiro período.

§ 2º O pagamento do adicional de 1/3 de férias será efetuado até dois dias antes de seu início, desde que respeitados os prazos previstos nesta Resolução.

§ 3º É facultado ao empregado converter 10 (dez) dias de férias a que tiver direito em abono pecuniário, condicionado ao orçamento anual disponível neste Regional, que deverá ser previamente autorizado por ato do/a Presidente.

§ 4º O requerimento de férias com conversão em abono pecuniário deverá ser protocolizado pelo funcionário, com antecedência mínima de quinze dias do seu início.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do CRESS da 27ª Região/RR.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor no dia 08 de maio de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista, 14 de maio de 2020.

ANA LAURA MENEZES DE SANTANA
Presidente do CRESS 27ª Região